

As universidades populares: Contexto e desenvolvimento de programas de formação de pessoas adultas

Agustín Requejo Osorio*

O processo educativo não se desenvolve, exclusivamente, no âmbito escolar (educação formal). Ao longo da história, a formação de pessoas adultas foi levada a cabo por instituições com actividades tendo em vista a sua formação através de programas que procuram, não só a transmissão de conhecimentos, como também a análise e transformação da realidade social. (educação não formal). Pretende-se, não apenas transmitir um saber, como também um fazer, procurando uma formação integral que parte da experiência e da interacção entre grupos de diferentes níveis etários, classes sociais, etc. As Universidades Populares, como instituições educativas, surgem no início do séc. XX. Hoje são uma instituição que leva a cabo um amplo programa de formação. Existem, em Espanha, mais de 200 Universidades Populares associadas à FEUP (Federação Espanhola de Universidades Populares). Mais de um milhão de pessoas participam nos seus diversos programas e actividades, predominantemente de carácter sócio-cultural. Neste artigo, expõem-se as propostas do modelo de educação popular e a sua implantação desde há mais de um século. Ao mesmo tempo, e através de um questionário institucional específico, avalia-se o seu modelo de formação.

Palavras-chave

Educação formal,
Educação informal,
Universidades Populares,
avaliação

Tradução do original em
castelhano de Manuela
Barreto Nunes

*Universidade de Santiago
de Compostela (Espanha)
hearo@usc.es

Introdução

Precedente da instituição da educação de pessoas adultas como um âmbito particular no contexto dos sistemas educativos actuais existiram, ao longo da História, múltiplas práticas, algumas delas muito ligadas aos “movimentos populares” que surgem como reacção contra os poderes estabelecidos (o Estado, a(s) Igreja(s), determinados grupos ou sectores sociais dominantes, entre outros) e que lidam com os processos de formação através de uma perspectiva diferente. Referimo-nos a um sector da educação de adultos reconhecido como “Educação Popular” e que tem atrás de si uma longa história

O conceito de Educação Popular, segundo Núñez (1986), está relacionado com outros conceitos como o de “educação não formal”, no sentido em que rompe com os moldes formais da “aula” vinculados aos programas oficiais e às relações educativas (educador - educando) de carácter vertical, ligando-se a programas de “educação à distância”, “educação aberta”, “educação acelerada”, etc. Vincula-se também com a “educação de adultos” dirigida a sectores não atendíveis por razões de idade, tanto nos programas estabelecidos no sistema educativo formal como, sobretudo, em temas relacionados com a vida familiar, social, a comunidade, e outros. Mas basicamente o que a distingue destas actividades formais, não formais e informais é a sua concepção e compromisso de classe, a sua ligação orgânica ao movimento popular definido em termos políticos, mas não necessariamente partidários.

A educação popular vai muito mais além de uma política de “extensão cultural” ou de “desenvolvimento cultural”, ainda que o sector beneficiado seja o “povo”. Trata-se de um processo de formação e capacitação para atingir o objectivo de criar, através da acção e da organização das massas, uma sociedade nova de acordo com os seus interesses.

Para além das diferenças que possam estabelecer-se na orientação e na prática da educação popular, tanto no seu passado e devir histórico como no espaço territorial (americano, europeu etc.), esta recebeu múltiplas influências: humanismo, cristianismo de base, teologia da libertação, marxismo, entre outros. Na realidade, ela concebe-se como um instrumento para a potenciação e a articulação dos movimentos populares.

A finalidade de tal processo expressa-se de forma sintética nos seguintes objectivos:

- Reconhecer criticamente a realidade e a própria prática, o que supõe o conhecimento do meio, o contexto social em que radica a comunidade, analisando os seus aspectos culturais, ideológicos, etc.
- Compreender e construir novas formas de actuar. A educação popular é uma educação activa e participativa. Um dos aspectos fundamentais está relacionado com o aprofundamento da democracia, mas partindo neste caso do mais imediato,

do grupal e do local, descobrindo os princípios mais gerais e globais que configuram a dinâmica social para a influenciar.

- Educar para a acção, já que a educação popular não é uma metodologia centrada de forma específica no conhecimento, mas antes na abordagem de mudanças e práticas que melhorem a vida colectiva e respondam às necessidades e interesses de um grupo social.

Os aspectos metodológicos e técnicos não são uma finalidade em si mesmos. Existem em função de objectivos, programas e planos que a própria comunidade estabelece por meio de processos de investigação participativa.

Assim, sob o carácter metodológico não se encerram “técnicas e dinâmicas” inovadoras, mas antes intenções e directrizes de acção inovadoras nos seus objectivos. São estas que definem as técnicas ou recursos a usar, de maneira a propiciar a participação e gerar conhecimentos. O educador, coordenador do grupo, monitor, etc., no momento das escolhas, deve ter em conta as características do grupo, os objectivos que se querem atingir nessa altura do processo e as condições de tempo, espaço, dimensões do grupo e recursos disponíveis.

I. O Desenvolvimento da educação popular

A educação popular é simultaneamente uma teoria e uma prática que tem resultado em múltiplas experiências em função das circunstâncias dos diferentes grupos sociais e dos diferentes países. Ninguém questiona a importância da sua tradição na América Latina e é necessário reconhecer neste âmbito a influência de Paulo Freire, que fez da educação popular um aspecto particular da teoria e da praxis da educação de adultos. Alguns casos sociopolíticos específicos receberam nas décadas de 80 e 90 do século XX particular atenção e divulgação.

Em Espanha, a educação popular tem estado, desde finais do séc. XIX, muito relacionada com as Universidades Populares, os Centros Culturais, as Casas de Cultura, os Centros Cívicos e outras organizações. Nos últimos anos, os movimentos de Educação Popular concretizaram diversas iniciativas, como a institucionalização do Movimento Cooperativo da Escola Popular (MCEP), a realização de diferentes congressos para elaboração do “Projecto de Educação Popular”, publicações, etc. Iniciativas como a das “Escuelas Campesinas” trabalharam no contexto do desenvolvimento integral dos camponeses em solidariedade com a comunidade em que vivem. A Coordenadora de Escolas de Trabalhadores de Adultos promoveu e desenvolveu em Madrid um grupo de trinta escolas populares, algumas das quais ainda hoje existem e realizam diferentes actividades.

O que caracteriza estas iniciativas de educação popular é o facto de, em geral, se tratar de organizações independentes de base para a educação de adultos, a aprendizagem colectiva e a transformação social. A maioria tem a sua origem na

preocupação do movimento operário com a criação de uma cultura de classe e desenvolveu-se em organizações de bairro ou comissões de moradores, integrando um movimento social alternativo.

Os traços mais significativos que as identificam são os seguintes:

- São associações autónomas e independentes da Administração ou de qualquer outro tipo de organização política ou religiosa;

- São organizações de voluntários que preferem manter-se afastadas de paternalismos e beneficências. Revelam uma grande capacidade de iniciativa social e de auto-organização com o rigor e método necessários para responder de forma eficaz às necessidades dos colectivos e comunidades;

- A sua gestão é democrática, partilhada e aberta, o que proporciona uma oportunidade para a aprendizagem social e a participação. A simplicidade da sua organização e da sua gestão permite respostas ágeis e imediatas a novas necessidades e projectos sem esperar pelo longo caminho burocrático do ensino convencional;

- Assumem uma pedagogia que fomenta o conhecimento, a reflexão crítica, a solidariedade, a capacidade de decisão e de actuação. As Escolas Populares empenham-se em dar força e realidade às palavras que conformam o discurso da nova pedagogia: “aprender a ser, aprender a aprender”;

- A metodologia é activa, baseada na participação e não competitiva. Pretende-se o desenvolvimento de capacidades instrumentais como a compreensão, a reflexão e a expressão;

- A escola e os conteúdos que nela se trabalham abrem-se ao meio, introduzindo os problemas que a rodeiam e que afectam a sociedade, podendo traduzir-se em acções quando estas se revelem necessárias;

- As suas especiais condições (autonomia, ausência de interesses económico-laborais) favorecem uma tarefa de inovação e experimentação, tanto no campo da pedagogia de adultos como na iniciativa popular;

- Cada escola é autónoma e independente, dando lugar a fórmulas diversas. São coordenadas pela Federação de Escolas Populares.

Em resumo, o que caracteriza a educação popular, bem como os distintos movimentos das escolas populares, é o facto de serem centros de convivência e de formação permanente dos sujeitos adultos, onde se partilham conhecimentos e instrumentos de análise vinculados à vida das pessoas a partir de uma perspectiva transformadora, contando com o sujeito adulto em todas as suas dimensões – condicionamentos históricos, familiares e sociais – para situar os conhecimentos na vida.

As experiências e práticas, como vimos, são muito diferentes na América Latina e no espaço europeu. Na Europa existe uma tradição muito comum que tem nas “Universidades Populares” a sua experiência e instituição mais representativa da educação popular. É a essa tradição que nos referiremos neste trabalho.

2. As Universidades Populares

As Universidades Populares surgem na segunda metade do século XIX. Era sua intenção facilitar o acesso à cultura aos sectores populares, que gozavam, naquela época, de escassas ou nulas possibilidades em função da sua situação de vida e das próprias condições laborais determinadas pelos processos de trabalho da revolução industrial.

O quadro institucional em que se deu a sua criação e desenvolvimento insere-se no contexto dos processos de “Extensão Universitária”. O seu início dá-se em meados do século XIX, impulsionadas por diferentes professores liberais que se questionam sobre o papel que deve cumprir a Universidade relativamente à sociedade.

Em Espanha, as actividades de “Extensão Universitária” são promovidas a partir do Congresso Pedagógico Internacional celebrado em Madrid em 1892. Depois de algumas experiências iniciais (Saragoça, Barcelona e Sevilha), o projecto mais importante desenvolve-se na Universidade de Oviedo.

Este projecto estender-se-á a outras universidades: Salamanca, Madrid, Valência. Nesta cidade, para além do interesse em dar a conhecer o saber e a ciência gerados na Universidade aos trabalhadores, tornam-se efectivos o desenvolvimento e a difusão da cultura, criando-se para tal uma Universidade Popular. Ou seja, a partir do trabalho de divulgação iniciado nas universidades através das suas respectivas actividades de “Extensão”, surgem entidades autónomas de educação de pessoas adultas com a denominação de Universidades Populares.

2.1. As Universidades Populares como projecto de desenvolvimento cultural no Município.

A origem das Universidades Populares no contexto e a partir dos programas de “Extensão Universitária” supõe que o acesso à educação, o desenvolvimento e a difusão da cultura sejam uma das suas principais finalidades logo desde o início. A sua intenção educativa e política implica que, para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, é imprescindível que as pessoas tenham amplas oportunidades de formação através de diversos projectos e iniciativas.

Os objectivos básicos que se propõem estão relacionados com o aspecto sócio-cultural: dinamizar a vida cultural da comunidade, promovendo o associativismo dos cidadãos e a participação nos assuntos sociais, culturais, políticos, económicos e ambientais; promover actividades alternativas para o tempo livre que originem oportunidades de relação e colaboração entre as pessoas; realizar programas com os grupos mais desfavorecidos, facilitando a sua integração social.

Na sua filosofia institucional, o desenvolvimento cultural aparece como um dos referentes principais. O processo de desenvolvimento é muito mais amplo

e complexo que o do simples crescimento económico, e o desenvolvimento cultural aparece contraposto ao desenvolvimento que se baseia exclusivamente no crescimento económico. Sem negar a importância deste último, o seu projecto sócio-educativo entende “dar prioridade ao ser sobre o ter, e ao mais viver sobre o mais fazer, com conotações essencialmente culturais na pretensão de criar uma nova comunidade baseada na cultura de proximidade e nas relações de vizinhança e solidariedade”.

Esta projecção cultural, sem por isso esquecer outros elementos que integram a educação de pessoas adultas, é o signo de identidade da sua projecção institucional.

Com efeito, o projecto educativo das Universidades Populares pretende transcender o âmbito meramente escolar da educação de adultos e incidir de forma particular na acção socio-cultural. A finalidade genérica radica em facilitar a todas as pessoas os recursos e instrumentos necessários para o seu desenvolvimento pessoal, segundo as circunstâncias do seu meio, para conseguir a participação crítica e consciente na própria comunidade, a socialização do saber e dos meios de desenvolvimento do mesmo.

Por isso, o seu sentido tem um marcado carácter de “Intervenção Socio-cultural” entendido “como actividade desenvolvida por uma equipa de trabalho, de forma consciente, organizada e coordenada, dirigida para actuar no meio social, seja na promoção de colectivos, associações ou sectores e grupos populacionais desfavorecidos, procurando conseguir que contribuam para melhorar a sua qualidade de vida, individual e colectiva, e que participem no desenvolvimento sócio-cultural da comunidade”.

A sua referência administrativa fundamental é o espaço municipal. A maioria das Universidades Populares está ligada às autarquias, por considerar que é o âmbito administrativo mais próximo dos cidadãos e por ser o referente chave na prestação de serviços públicos comunitários e na promoção da sociedade civil.

A nível administrativo, portanto, dependem directamente das Autarquias, Mancomunidades e, nalguns casos, de associações sem fins lucrativos, desenvolvendo uma função mediadora entre a administração e os cidadãos

Neste contexto municipal, a sua intervenção educativa tem como referente essencial o desenvolvimento de aptidões pessoais e a integração da população na comunidade. Por isso promovem múltiplas acções que se diversificam em função das diferentes áreas que compõem o seu programa básico, e que cada Universidade adapta em função das circunstâncias e necessidades do colectivo de adultos a que se dirige.

Entre estas áreas destacam-se as seguintes:

1. Área de desenvolvimento cultural para satisfazer as necessidades de relação, comunicação, expressão, auto-estima, criatividade, etc.
2. Área de educação de base de carácter formal, que trata de dar resposta aos

diferentes níveis em que se projecta a educação de adultos de carácter mais regulamentado: alfabetização, preparação para a Graduação Escolar/ Título de E.S.O; acesso à Universidade de maiores de 25 anos.

3. Área de educação específica em função das necessidades pessoais: informática, formação física, cursos de idiomas, oficinas literárias, etc.

4. Área de formação para o emprego mediante actividades de informação e assessoramento laboral, capacitação profissional, formação complementar, ajuda para a inserção laboral.

5. Área de projecção cultural, que sintetiza de alguma forma a acção sócio-cultural com o fim de dinamizar a identidade social e cultural do indivíduo, dos grupos e da comunidade: actividades criativas e de expressão artesanal; difusão cultural (música, dança, folclore, teatro...); actividades sobre tradições locais (festas, recuperação da cultura popular, exposições e mostras culturais, etc.).

Todo este conjunto de actividades é dirigido para a promoção da participação social e da educação contínua para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. São precisamente as suas necessidades que determinam o tipo de áreas de formação a oferecer, as diferentes actividades a realizar, fazendo com que o “programa” esteja totalmente ao serviço dos cidadãos e vá evoluindo em função da sua procura.

Neste espaço municipal e tendo como referente fundamental o seu projecto de desenvolvimento cultural, as Universidades Populares caracterizam-se por uma série de aspectos específicos: facilitar o acesso à educação e à cultura, tanto de pessoas jovens como adultas; dinamizar a vida cultural da comunidade, impulsionando o associativismo, promovendo a participação social, cultural, política e económica; contribuir para a actualização profissional e a formação para o emprego; desenvolver a educação contínua, facilitando o acesso aos distintos níveis do sistema educativo e satisfazendo as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas e dos grupos mais desfavorecidos; propiciar o desenvolvimento cultural como património de bens e sistema de valores éticos e de solidariedade através da acção concertada e da colaboração entre os distintos serviços que actuam no território.

O que propõem as Universidades Populares é um compromisso educativo com os diferentes colectivos (mulheres, jovens, idosos, menores, imigrantes, toxicodependentes, pessoas trabalhadoras e desempregadas, etc.), com o objectivo de conhecer as suas necessidades educativas como grupo social e orientar a oferta e a metodologia de trabalho conforme as necessidades concretas.

Neste aspecto metodológico, as Universidades Populares procuram diferenciar-se amplamente do esquematismo e rigor que determinam algumas das intervenções na educação de pessoas adultas (fundamentalmente as mais formais) para trazer inovações a este campo a partir dos pressupostos mais específicos da intervenção sócio-cultural: análise da realidade; elaboração de projectos específicos dirigidos a uma população determinada; procura e racionalização de recursos;

processos de captação e motivação e participação dos grupos destinatários; e projecção social, implicando os participantes em processos mais amplos que o do seu próprio grupo de formação, de tal forma que a acção ou projecto dirigido a um colectivo específico adquira uma conexão e interferência com os problemas da própria comunidade e os problemas mais globais do conjunto da sociedade.

2.2. Contexto e desenvolvimento das Universidades Populares

Desde a sua implantação em Espanha em princípios do século XX (1901) que as Universidades Populares iniciam um rápido desenvolvimento em diversos municípios. A guerra civil e sobretudo a ideologia política da época franquista, que as suprime, fazem com que durante mais de quarenta anos não encontrem as condições propícias para levar adiante o seu projecto.

A partir de 1979 começa uma segunda fase de refundação, com a mudança das condições políticas e o interesse de muitos municípios em recuperar, no contexto da transição democrática, o espírito e as iniciativas das Universidades Populares. Neste ano inaugura-se em San Sebastián de los Reyes a primeira Universidade desta nova etapa, seguida das de Puertollano, Elche, Tauste, Cartagena e outras.

Precisamente, este carácter municipal implica que a sua criação e sobrevivência sejam mediadas pelas próprias condicionantes políticas. Por esta razão, o seu número flutua com o tempo. Com efeito, em 1981, quando se cria a Federação Espanhola de Universidades Populares, cifrava-se em 87 o número de Universidades Populares.

Os dados foram evoluindo, tanto em número como em actividades. Em diferentes encontros e acontecimentos foram sendo apresentados e analisados os correspondentes dados estatísticos: em 1993 o número total de Universidades Populares era de 111 centros.

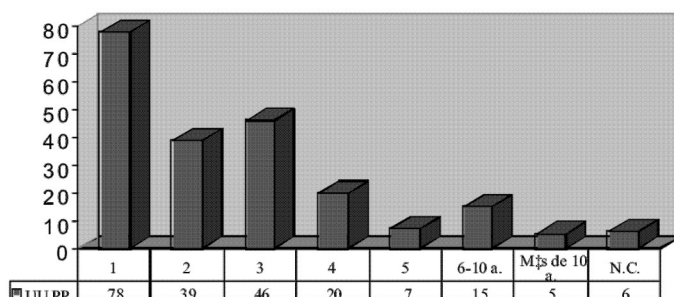
Se nos reportarmos aos dados oficiais recolhidos no trabalho mais específico para avaliar a sua implantação e extensão, assim como o conjunto dos seus orçamentos, actividades, etc., podemos destacar algumas referências importantes: no ano lectivo de 1997-98, as Universidades Populares atingem o número de 210, com a seguinte distribuição por Comunidades Autónomas: 78 em Castela La Mancha (37%); 62 na Estremadura (30%); 26 na Andaluzia (12%); 11 em Múrcia (5%); 11 nas Canárias (5%), e 9 em Madrid (4%). Este grupo representa 93% do total, seguido por outras Comunidades (Valenciana, com dois centros; Galiza com quatro; Aragão com três; A Rioja e Castela e Leão com um centro em cada comunidade).

O número total de participantes nos mesmos anos de 1997-98 foi de 1.204.744, dos quais 1.075.578 intervieram em actividades culturais e 129.166 se inscreveram em cursos e programas. Deste total, 86.541 eram mulheres (66,99%) e 42.625 eram homens (33,01%). As equipas técnicas das Universidades Populares são compostas por 3.166 profissionais que se encarregam das diferentes actividades programá-

ticas. Para o ano de 2003, a estimativa geral de participação destaca os seguintes números: 200.000 pessoas estão matriculadas em cursos, oficinas, seminários e programas; 2.600 profissionais constituem as equipas técnicas.

Segundo dados do último Congresso celebrado em Sevilha (Dos Hermanas, 2001) para comemorar um século de existência, e de acordo com os últimos inquéritos elaborados pelo FE.U.P., existem 223 Universidades Populares federadas em 23 províncias e 11 Comunidades Autónomas que acolhem aproximadamente 1.800.000 participantes em diferentes actividades e programas orientados por 2.600 profissionais da educação popular. No momento actual (2004) estão em funcionamento 230 Universidades no contexto da informação global recentemente publicada. Distribuem-se por 230 municípios situados em 22 províncias e 11 Comunidades Autónomas.

Tabela I - Evolução do desenvolvimento das Universidades Populares



No caso da Galiza, para o biénio 1997-98 e na actualidade aparecem inscritas quatro Universidades Populares na Província de Pontevedra: Vigo; Vilanova de Arousa; Illa de Arousa, Cambados. A Universidade de Ourense, é criada neste município no ano lectivo de 1995-96. Como não pertence, neste momento, à FEUP, não figura no seu censo.

Em 2004 mantém-se o mesmo número de Universidades, assumindo a direcção a "Universidade do Noroeste", com sede na Corunha, e com a mesma situação dos outros centros anteriormente denominados.

3. Análise e valoração do programa Universidades Populares (Galiza)

Na Galiza, em 2000-2001, foi aplicado um questionário a diversas instituições (Aulas da Terceira Idade, Universidades Populares e IV Ciclo de Universitários - Programa de formação de pessoas idosas da Universidade de Santiago de Com-

postela) para conhecer a opinião dos participantes sobre as actividades formativas destas três instituições.

No caso das Universidades Populares o amplo questionário foi aplicado a um total de 216 pessoas maiores de 50 anos, das 348 inscritas nas diferentes Universidades Populares da Galiza.

O número total de inscritos no conjunto de todas as idades era de 2.324. A amostra total era significativa, já que, em termos estatísticos, a margem de erro é inferior a 5% (concretamente, 4,10%).

Não é aqui o momento, nem temos espaço suficiente para fazer um estudo detalhado das opiniões sobre cada um dos itens propostos.

Escolhemos por isso os mais significativos, relacionados com os elementos essenciais para a valoração do programa Universidades Populares: tempo de matrícula; valoração geral do interesse pelo programa; valoração institucional das diferentes áreas programáticas que desenvolvem a actividade formativa; razões que justificam a inscrição na Universidade Popular ou, noutros termos, o que mais os motiva a inscrever-se; nível de satisfação do cumprimento dos objectivos que se propõem; avaliação dos professores/monitores; e opinião sobre o clima de relações entre os grupos participantes.

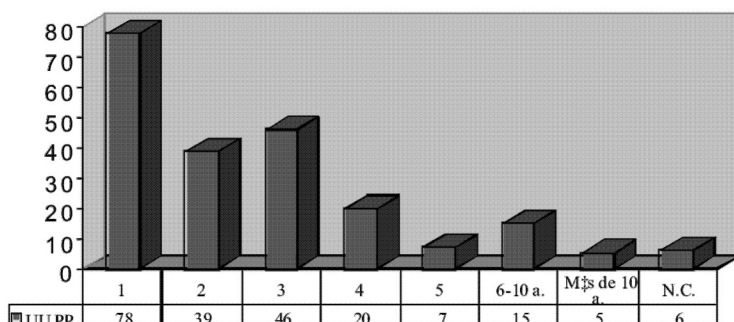
3.1. Matrícula

A primeira questão interessa-se pelo tempo que cada sujeito leva matriculado no programa. Deve ter-se em conta que o tempo é indefinido para as Universidades Populares, donde o conjunto de actividades, com certas mudanças, repete-se e ao mesmo tempo inova-se.

As pessoas inscritas podem ir escolhendo, em cada ano, os temas ou práticas de formação que lhes interessem.

Os resultados globais são os seguintes:

Gráfico I - Anos em que esteve inscrito no programa



Como pode comprovar-se, a presença de mais de 6 anos é minoritária (20 sujeitos que representam 9,2%) e são mais numerosos os inscritos em espaços de tempo menores: 163, que supõem 75,4%.

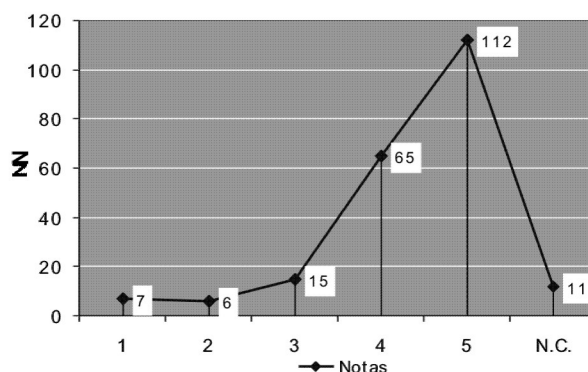
A presença mais numerosa é constituída pelo grupo que permanece inscrito entre dois e três anos (36,17%: 75 sujeitos).

Os alunos, em geral, sobretudo na Universidade de Vigo, inscrevem-se em algumas das numerosas oficinas que se realizam e praticamente esse tempo é suficiente para dominar os conhecimentos teóricos e práticos que lhes interessam.

Tal não supõe que não participem noutras actividades (conferências, ciclos de cinema, etc.) que, como conjunto de actividades culturais, estão sempre abertas mas, neste caso, já não existe uma vinculação estreita com os programas e actividades específicas para os quais é requerida uma matrícula pontual.

Para além de conhecer o tempo que os alunos tinham de ligação com a Universidades Populares, era conveniente conhecer de forma específica a valoração que eles próprios faziam sobre o interesse do programa. Os resultados desta questão são os seguintes:

Gráfico 2. Valoração geral do interesse pelo programa:
Universidades Populares



Global: Média: 4,31.- Dv t.:0,98

□ □ : "5 pontos"/ Mulher: p=0,02; "4 pontos"/ Idade (60-63 anos): p=0,05

Do conjunto total da amostra, 112 sujeitos dão a nota máxima de 5 pontos, o que supõe uma valoração muito alta para mais de metade das pessoas que responderam ao questionário (51,9%). Se somarmos a isto as notas de 30,1%, que se inclinam para a atribuição de 4 pontos, tal significa que 82,0% tem um alto interesse e estima pelo programa proposto pelas diferentes Universidades Populares da Galiza nos seus diferentes centros. A média (4,31) é muito alta e o seu desvio típico é baixo (0,98), o que demonstra a concentração das notas (neste caso em volta das mais altas).

São muito poucos aqueles que, de alguma forma, “reprovam” o programa (6%) e há um pequeno grupo de 6,9% que prefere ficar-se na nota intermédia dos três pontos. As mulheres, em relação à máxima nota ($p=0,02$), e o grupo de idade 60-65 anos, com a valoração de quatro pontos ($p=0,05$), reflectem os resultados mais significativos.

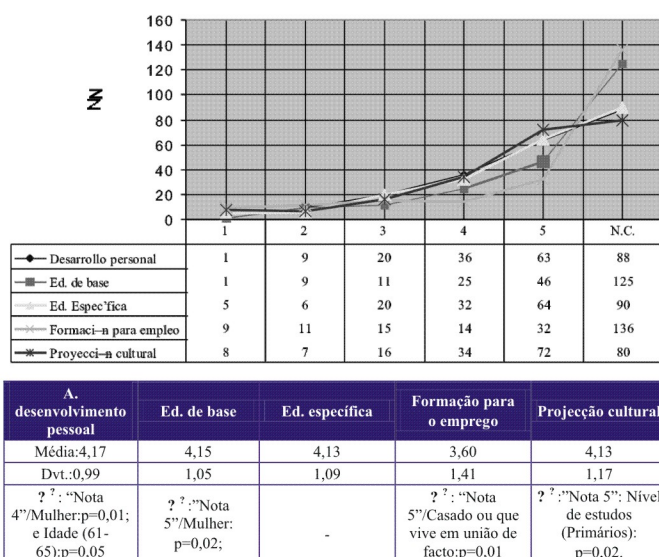
Para além de conhecer o interesse geral pelo programa na sua globalidade, parecia conveniente indagar com mais exactidão sobre a importância atribuída pelos participantes a cada uma das diferentes áreas que acolhem as várias actividades.

As Universidades Populares, de acordo com os seus objectivos, organizam os seus programas basicamente nas seguintes áreas: desenvolvimento pessoal, educação básica, educação específica, formação para o emprego e projecção cultural.

No entanto, independentemente desta catalogação, as Universidades Populares assumem que são fundamentalmente as necessidades dos sujeitos que vão determinar as variantes do programa e a mudança de actividades.

No caso de Vigo, a sua Universidade Popular funciona principalmente através de oficinas independentes. Isto faz com que os próprios sujeitos não tenham uma noção muito exacta da totalidade do programa. Embora no prospecto institucional sejam explicadas as diferentes áreas e actividades oferecidas, aquando da sua decisão os alunos tomam como referência principal o tema específico em que se matriculam, sem atender tanto à classificação da actividade numa das áreas pré-determinadas. Ou seja, escolhem as actividades mais em função do interesse pessoal do que da sua “classificação” num determinado contexto.

Gráfico 3 - Valoração institucional das diferentes áreas



No gráfico pode apreciar-se uma tendência especulativa para as melhores notas (4 e 5 pontos), que recolheram as maiores pontuações na ordem respectiva dos programas: a) desenvolvimento pessoal (45,83%); b) educação de base (32,87%); c) educação específica (44,44%); formação para o emprego (21,29%); projecção cultural (49,07%).

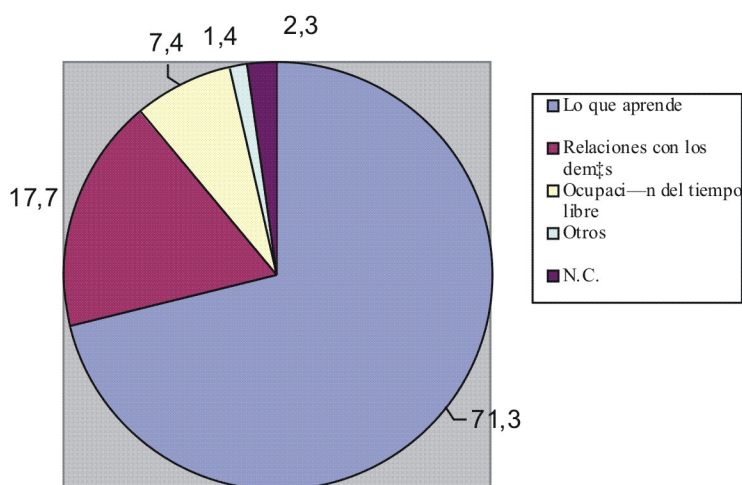
São portanto as actividades culturais as que obtêm os melhores resultados, enquanto as percentagens das qualificações não tão positivas (2-3 pontos) correspondem à área de desenvolvimento pessoal (13,42%), formação e emprego ou educação específica (ambas com 12,03%).

Repare-se no entanto que, como na realidade os alunos não participam em todas as áreas ou no conjunto de actividades de uma mesma área, acabam por não valorizar aquilo que não conhecem particularmente ou de que têm escassa experiência, como é o caso da área de formação e emprego. Esta área, devido ao seu objectivo particular, vê-se afectada pelo próprio colectivo de pessoas reformadas. O seu interesse e o conhecimento da mesma não se situam na sua óptica prioritária.

A nível de média, todas as áreas, com excepção da de “formação para o emprego”, superam os quatro pontos e os seus desvios típicos são muito diferentes: muito mais homogéneas na área de desenvolvimento pessoal (0,99), até alcançarem a máxima heterogeneidade em áreas de formação para o emprego (1,41). O “Chi quadrado” obtém pontuações significativas específicas para cada área, destacando-se a variável mulher e idade (61-65 anos) na área de “desenvolvimento pessoal” ($p=0,05$ /nota de 4) e de “educação de base” ($p=0,02$ / nota 5). A situação de casado ou que vive em união de facto oferece também resultados significativos na nota mais alta relativamente às actividades de formação e emprego ($p=0,01$) e o nível de estudos primários com referência à “ projecção cultural” ($p=0,02$).

A questão, em todo o caso, não está somente em saber a opinião dos participantes sobre o programa, mas também em compreender que, para além de uma qualificação alta do programa e do acordo que demonstram a seu respeito, é necessário conhecer aquilo que mais os motiva quando decidem inscrever-se. São sugeridas quatro diferentes perspectivas, das quais deverá ser seleccionada a preferida: “o que aprende”; “as relações que estabelece com os outros”; “a ocupação dos tempos livres” e “outras”.

Gráfico 4 - O que mais os motiva e justifica a sua matrícula



No que respeita às Universidades Populares, ocupa o primeiro lugar e com uma grande preponderância “o que aprendem” (71,3%).

Em segundo lugar, e não com carácter prioritário, aparecem as “relações com os outros” (17,6%) e, com uma percentagem muito baixa, “a ocupação dos tempos livres” com um objectivo muito claro: “aprender coisas” que não tiveram a oportunidade de aprender em idades mais jovens.

Agora, qualquer programa, para além de actividades que podem despertar maior ou menor interesse e também acordo ou desacordo relativamente à sua funcionalidade, corresponde a objectivos específicos a cumprir a curto, médio ou longo prazo.

A percepção do cumprimento destes objectivos torna-se um elemento fundamental na consideração positiva da sua realização. Por este motivo, indaga-se com certo detalhe sobre esta dimensão, através da seguinte questão cujos dados se apresentam na tabela seguinte:

Tabela 1.- Entre os objectivos mais importantes das Universidades Populares estão os seguintes: em que nível de satisfação considera que estão a ser cumpridos?

	1	2	3	4	5	N.C
Facilitar o acesso à Educação básica como elemento fundamental do desenvolvimento cultural.	6 2,8%	9 4,2%	32 14,8%	37 17,1%	79 36,6%	53 24,5%
Propiciar que as pessoas idosas concebam esta fase da vida como cheia de possibilidades de realização pessoal e social.	5 2,3%	6 2,8%	20 9,3%	61 28,2%	106 49,1%	18 8,3%
Incrementar a fruição por parte das pessoas idosas de todas as facetas da vida cultural da localidade, da região e do país.	6 2,8%	10 4,6%	24 11,1%	49 22,7%	103 47,7%	24 11,1%
Fomentar a participação social, cultural e política das pessoas idosas	6 2,8%	9 4,2%	40 18,5%	54 25,0%	59 27,3%	48 22,2%
Fomentar a saúde comunitária nos âmbitos da promoção e da prevenção.	10 4,6%	19 8,8%	35 16,2%	34 15,7%	43 19,9%	75 34,7%
Incrementar as vias e formas de relação e comunicação geracional e inter-geracional	5 2,3%	16 7,4%	31 14,4%	43 19,9%	69 31,9%	52 24,1%

Os objectivos que as Universidades Populares procuram atingir relacionam-se com as propostas institucionais baseadas em cinco âmbitos de actuação: educação básica; realização pessoal; vida cultural; participação social e cultural; saúde comunitária e incremento das vias e formas de relação e comunicação geracional e inter-geracional.

Os resultados exprimem a seguinte valoração, ordenada a partir dos objectivos que obtêm melhor nota (soma das notas “4 e 5”): 1o lugar: “realização pessoal e social” (77,3%); 2o lugar: “fruição da vida cultural” (70,3%); 3o lugar: “fomentar a participação social, cultural e política dos idosos” (52,31%); 4o lugar: “incrementar as vias e formas de relação e comunicação geracional e inter-geracional”: (51,85%); 5o lugar: facilitar o acesso à educação básica (49,07%); 6o lugar: fomentar a saúde comunitária (35,64%).

Ainda que todos estes objectivos sejam importantes e sem qualquer carácter excludente, existem diferenças notáveis na sua apreciação. Destacam-se pela sua importância aqueles que atingem uma valoração superior a 70%.

Em primeiro lugar, “propiciar que as pessoas idosas concebam esta fase da vida como cheia de possibilidades de realização pessoal e social” (77,3%). Neste caso, a média é muito alta (4,30) e o seu desvio típico bastante homogéneo (0,95), se tivermos em conta a pluralidade de referências. O “Chi quadrado” oferece resultados significativos em notas altas (4 pontos) na variável do grupo de maior idade ($p=0,01$).

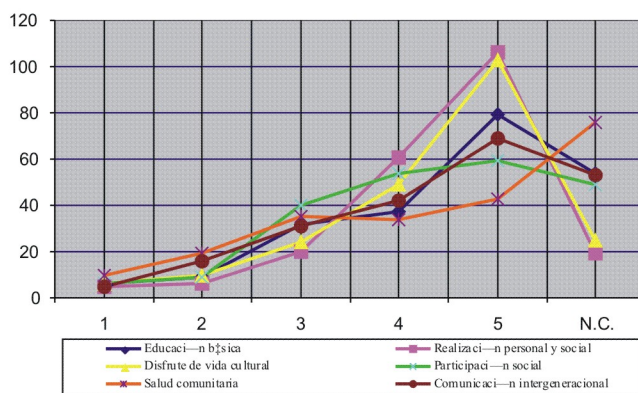
Em segundo lugar, “incrementar a fruição de todas as facetas da vida cultural da localidade, região e país” (70,3%), cuja média é alta (4,21), com um desvio típico um pouco maior (1,05). Neste objectivo o “Chi quadrado” obtém um resultado de $p=0,02$ para o mesmo grupo de idade.

Estas opiniões coincidem com os resultados institucionais das Universidades Populares, nos quais as actividades de carácter social e carácter cultural são as mais amplas e as mais aceites. De acordo com os dados da própria Federação de Universidades Populares o contingente mais importante de actos refere-se às actividades culturais. O seu número, no conjunto das Universidades Populares da Galiza, foi de 23 no ano lectivo de 1997-98, nas quais participaram 4.600 pessoas.

Há três objectivos que superam minimamente os 50% de valoração positiva: o primeiro, “facilitar o acesso à educação básica como elemento fundamental do desenvolvimento cultural”, com 53,5%; o quarto, “fomentar a participação social, cultural e política das pessoas idosas, com 52,1%; e o sexto, “incrementar as vias e formas de relação e comunicação geracional e inter-geracional”, com 51,6%. Por último, o quinto objectivo, “fomentar a saúde comunitária nos âmbitos de promoção e prevenção” é onde o colectivo se mostra mais crítico, com 35,5%.

O gráfico seguinte recolhe a representação dos resultados para os diversos objectivos propostos.

Gráfico 5: Satisfação do cumprimento dos objectivos:
Universidades Populares (N)

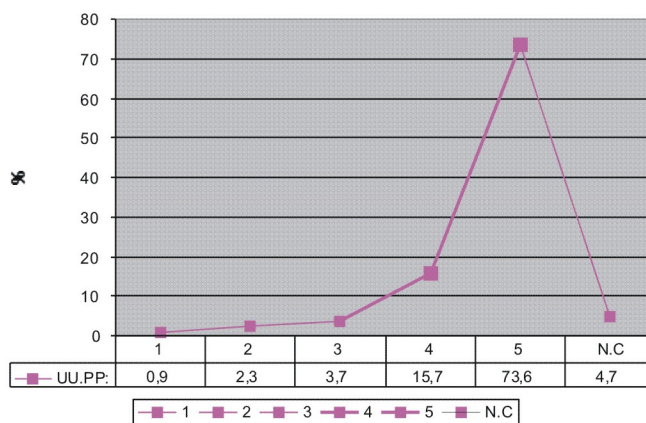


	Media	Desviação típica
Educação básica. "Nota 5"/Mulher: p=0,01	4,07	1,11
Realização pessoal e social. "Nota 4": Idade (61-65): p=0,05	4,30	0,95
Fruição da vida cultural. "Nota 4"/Idade (61-65): p=0,02	4,21	1,05
Participação social. "Nota 3"/Homem e idade 61-65 anos: p=0,05	3,90	1,06
Saúde comunitária. "Nota 3"/Homem e Título Universitário: p=0,05	3,57	1,25
Comunicação Inter-geracional. "X"/Nota 3/Situação Laboral (Outra actividade)	3,95	1,13

Para o cumprimento destes objectivos, as Universidades Populares, para além de uma equipa directiva, contam com um grupo específico tanto de professores (em sentido restrito) como de monitores. No primeiro caso, referimo-nos a pessoas qualificadas com o correspondente título para as diferentes actividades de carácter "formal". Relativamente aos monitores, são em geral pessoas contratadas para desenvolver actividades de carácter "não formal" (diferentes tipos de oficinas, actividades físicas, teatro, coro etc.).

Da análise feita, podemos dizer que se nota não só um apreço, mas até uma grande "veneração" por estas pessoas que os ajudam a formar-se em qualquer das diferentes actividades propostas, tanto as mais estritamente académicas como as que se referem a actividades artísticas, motrizes etc. A razão deste apreço é que este colectivo aprecia sobremaneira qualquer apoio que sirva para fomentar e apoiar os seus desejos de "saber" e de estar activos. Devemos recordar que muitas destas pessoas encontram-se agora com uma oportunidade de estudos e formação de que não puderam usufruir noutros momentos, o que é tido em alta consideração. Assim o manifestam quando se dialoga com eles sobre estes temas. O gráfico que se segue dá conta desta situação.

Gráfico 6: Valoração de Professores/Monitores



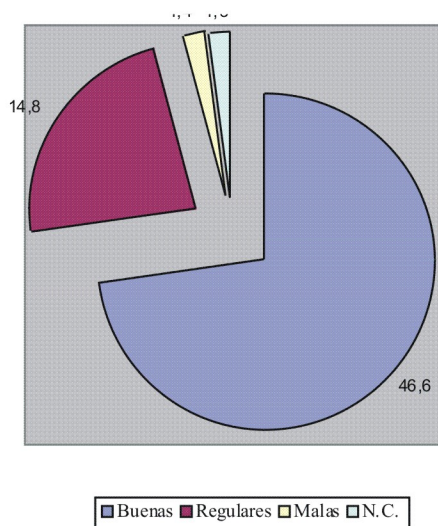
	Media	Dvt.
Universidades Populares	4,65	0,75

Como pode comprovar-se, a valoração dos professores e monitores é muito alta. A nota máxima (5 pontos) é atribuída por 73,6% dos assistentes. Se a isto somarmos os 15,7% que propõem a nota de “4 pontos”, temos um total de 89,3%. As valorações menos optimistas (1, 2 e 3 pontos) são atribuídas em percentagens muito baixas supondo, no seu conjunto, apenas 6,9%.

A média e desvio típico, tal como mostra o quadro, recolhem tanto altas valorações como situações altas de homogeneidade. Em geral há uma mais que notável satisfação quanto às actividades de formação de professores e monitores. Juntamente com o apreço que recebem por parte dos alunos, está também a dedicação destes e o clima que se cria nas próprias aulas ou espaços de actividades. Precisamente uma das características da educação de pessoas adultas, é o mútuo interesse e motivação que se estabelece em aprendizagens e actividades que não são impostas, mas desejadas e consideradas importantes para o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos.

Finalmente, um último aspecto a considerar é o “clima de relações que se estabelece” nos centros. A educação de pessoas adultas e, neste caso, maiores de 50 anos, não se circunscreve a um âmbito de actividades tanto de carácter formal como não formal. O desenvolvimento integral da pessoa humana que se procura supõe um clima de relações humanas que favoreça o seu desenvolvimento através do diálogo, do respeito e atenção mútua, da consideração para com as suas necessidades particulares. Por este motivo era imprescindível conhecer o ambiente que se vive em tais centros. Os resultados expressos são os seguintes:

Gráfico 7: Clima de relações entre grupos: Universidades Populares



Média / Dvt. Universidades Populares 3,06 / 0,71.

X2. Universidades Populares: "Muito boas" / Idade + 65 anos: $p=0,05$

Destaque-se, em geral, um clima muito favorável, já que as situações mais negativas (más) são praticamente nulas (1,4%). Pelo contrário, a consideração mais positiva alcança os 46,8%.

No caso das Universidades Populares as opiniões dispersas correspondem ao referente institucional de tais centros, onde se dá uma maior heterogeneidade com respeito à idade (convivem sujeitos que podem inscrever-se a partir dos 18 anos com pessoas idosas), ao mesmo tempo que são motivadas pelas próprias diferenças intrínsecas das actividades. Apesar disso, as opções mais positivas supõem 69,9%, face a 14,8% de "suficientes" e 1,4% que indicam a opção "más", às que se juntam 13,9% que evitam responder.

Num valor máximo de 4 pontos destacam-se as médias altas e sobretudo desvios típicos muito baixos (inferiores a 0,70) que assinalam a ampla convergência do grupo nas suas opiniões. Os dados de "Chi quadrado" são significativos relativamente ao grupo de maiores de 65 anos que têm uma opinião muito favorável destas relações ($p=0,05$).

4. CONCLUSÕES

No presente trabalho analisaram-se três aspectos fundamentais da educação popular. Uma das características básicas, entre outras, do conceito e desenvolvi-

mento da Educação Popular, é que as suas actividades formativas são orientadas para a promoção e o aprofundamento da democracia partindo da realidade mais imediata, do grupal e do local, para descobrir os princípios mais gerais e globais que configuram a dinâmica social com vista a actuar sobre ela.

Ao longo dos dois últimos séculos, a educação popular exprimiu-se num amplo leque de actividades e plasmou-se em múltiplas experiências. Destas, destacam-se particularmente neste texto a promovida pelas Universidades Populares. Em Espanha, como noutros países europeus, iniciam-se em finais do século XIX, apesar de se verem obrigadas a um longo silêncio durante a ditadura franquista, para reiniciarem uma segunda etapa a partir dos anos oitenta, com a constituição dos municípios democráticos.

Hoje supõem uma ampla experiência de educação agrupada na Federação Espanhola de Universidades Populares (F.E.U.P.), a que pertencem 223 centros nas diferentes províncias e autonomias do Estado Espanhol.

Um segundo aspecto institucional relaciona-se com a sua projecção especificamente educativa. O projecto educativo das Universidades Populares pretende transcender o âmbito meramente escolar da educação de adultos e incidir de forma particular na acção sócio-cultural. As suas actividades formativas orientam-se no sentido da actuação no meio social, e na promoção de colectividades, associações ou sectores e grupos de população desfavorecidos para contribuir para a melhoria das suas condições de vida - individual e colectiva - e fomentar a sua participação no desenvolvimento cultural da comunidade.

Finalmente, para conhecer em que medida o seu programa de formação é estimado e avaliado positivamente, realizou-se um estudo específico dos centros da Galiza mediante um amplo questionário. Para este trabalho apenas foram destacados alguns aspectos muito particulares. Entre eles, é conveniente salientar o amplo apreço que o programa desperta nas pessoas idosas nele inscritas (82% propõe as notas máximas) e a grande estima que outorgam aos educadores (professores e monitores), que em 89,3% das respostas recebem as notas mais altas (4 e 5 pontos da escala de valoração proposta)

Em síntese, hoje as Universidades Populares supõem, no seu conjunto, uma experiência positiva de educação popular que, com algumas dificuldades e problemas nestes últimos anos (devido à diminuição dos orçamentos), realizam um amplo e comprometido trabalho de educação de pessoas adultas.

Referências bibliográficas

- Alcazar, M. (2000). Aprendiendo a aprender, aprendiendo a luchar: 26 años de Educación popular. Revista Diálogos, 22-23, 71-78.
- Aparicio Cortes, M. (1996). "La dimensión nórdica en la realidad europea: la visita a una folkehojole" In Revista Diálogos, no 22-23, pp. 78-81.
- Arrogante, V. (1995). "Visión actual y perspectivas de futuro de las Universidades Populares". In Entre Líneas, no 11: pp. 11-28.

- Arrogante, V. (1994). Las Universidades Populares. In A. Requejo Osorio, (Coord): Política de Educación de Adultos (pp.371-393). Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.
- Coordinadora De Escuelas De Trabajadores De Adultos: "Madrid Educación Popular en barrios" In Cuadernos de Pedagogía "CD. "25 años" Distintos artículos 1982- 1991- 25 páginas.
- Díaz Gonzalez, T. (1988). "Una experiencia en el ámbito rural: las escuelas campesinas" In Fundación Banco Exterior: Una educación para el desarrollo: La Animación Sociocultural. Madrid: Colección de Seminarios y Congresos, pp. 127-141.
- Documentos Congresuales (1998). Educación popular. Servicio de Publicaciones de la Universidad de la Laguna. Seminario de Historia de la Educación.
- Dolff, H. (2001). "Las Universidades Populares y sus vinculaciones internacionales" In Educación de Adultos y Desarrollo no 57, pp. 9-18.
- Federación De Escuelas Populares De Personas Adultas De Madrid (2000). "Escuelas populares por una realidad alternativa". Documentación. Madrid. 1991.
- Feup. (1996). ¿Qué son las Universidades Populares?. Madrid: Centro de Documentación y Publicaciones.
- Feup. (1999): Datos estadísticos de las Universidades Populares. Curso 1997-98 y 2003-2004. Madrid.
- Flecha, R. & López, F. & Saco, R. (1988). Dos siglos de educación de adultos: de las Sociedades de amigos del país a los modelos actuales. Barcelona: El Roure.
- Gadotti, M. & Torres, C. A. (1992). Estado e educação popular na América Latina. S. Paulo: Papirus.
- García Carrasco, J. (Coord.). Educación de adultos. Barcelona: Ariel.
- IZZ- DVV (2002). "XI Congreso Alemán de Universidades Populares" In Educación de Adultos y Desarrollo. no 58, pp. 113-140.
- Llorente De Miguel, A. (1996). "La dimensión nórdica en la realidad europea: las escuelas superiores populares danesas" In Diálogos, no 6, pp. 75-77.
- Moreno Martínez, P. L. & Viñao Frago, A. (1997). "La educación de adultos en España (siglos XIX y XX): Historia de una realidad cambiante y multiforme" In García Carrasco, J. (Coord.). In Diálogos, no 6, pp. 23-46.
- Núñez C. H. (1986). Educar para transformar: transformar para educar. Buenos Aires: Editorial Humanitas.
- Pérez Ortiz, L. (1997). Las necesidades de los mayores en España: vejez, economía y sociedad. Madrid: In-serso.
- Requejo Osorio, A. (1994). Política de educación de adultos. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.
- Requejo Osorio, A. (2003). Educación permanente y Educación de Adultos. Barcelona: Editorial Ariel.
- Sarramona, J. & Vázquez, G. & Colom, A. (1998). La educación no formal. Barcelona: Ariel.
- Secep-96 (1998). Sectores emergentes en el campo de la educación permanente. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears.
- Tiana Ferrer, A. (1991). "La educación de adultos en el siglo XIX. Los primeros pasos hacia la constitución de un nuevo ámbito educativo" In Revista de Educación, no 292, pp. 7-26.
- Trilla, J. (1997). Animación sociocultural. Teorías, programas y ámbitos. Barcelona: Ariel.
- Vargas, L. & Bustillos, G. & Marfan, M. (1993). Técnicas participativas para la educación. Madrid: Editorial Popular.